

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ALECSANDER VENÉRIO

**UMA ANÁLISE SOBRE A QUALIDADE DE VIDA PROPORCIONADA PELO
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC.**

CRICIUMA, SC

2019

ALECSANDER VENERIO

**UMA ANALISE SOBRE A QUALIDADE DE VIDA PROPOCIONADA PELO
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do Grau de Bacharel no curso
de Ciências Econômicas da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Me. Ismael Cittadin.

CRICIUMA, SC

2019

ALECSANDER VENERIO

**UMA ANÁLISE SOBRE A QUALIDADE DE VIDA PROPOCIONADA PELO
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em economia do setor público.

Criciúma, 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ismael Cittadin - Mestre - (UNESC) - Orientador

Prof. Igor Martello Olsson - Mestre - (UNESC)

Prof. Gilberto Tonetto - Especialista - (IFSC)

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha filha o meu bem mais precioso, e a minha vó, que infelizmente partiu, e não conseguiu ver seu neto com um diploma na mão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por hoje estar aqui, agradeço a minha família, principalmente minha mãe que me ajudou muito nesta caminhada, como também a minha esposa que não me deixou desistir e a todos os professores do curso de Ciências Econômicas, pois cada um contribuiu para minha formação, e em especial ao professor Ismael Cittadin por me orientar neste trabalho, e ao professor e coordenador do curso de Ciências Econômicas Amauri de Souza Porto Jr, por todo o auxílio durante a monografia I e II.

RESUMO

A elaboração deste estudo visa buscar a relação entre o programa Minha Casa Minha Vida e a qualidade de vida e o bem-estar de seus beneficiários no município de Sangão/SC. Se faz uma análise do conceito de Amartya Sen sobre oportunidades sociais, e é apresentando um pouco da história da política habitacional do Brasil, detalhando o funcionamento do programa Minha Casa Minha Vida e trazendo um pouco das características do município de Sangão/SC. Este estudo se faz através de uma pesquisa bibliográfica e da coleta de dados secundários e primários através de um instrumento de pesquisa elaborado e aplicado dentro dos loteamentos residenciais presentes no município, e pôr fim a análise destes dados coletados para assim concluir a correlação entre o programa Minha Casa Minha Vida e a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos beneficiários dentro do município.

Palavras-chave: PMCMV. SANGÃO. BEM-ESTAR. QUALIDADE DE VIDA.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Renda mensal bruta da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	26
FIGURA 2 - Nível de estudos do proprietário do imóvel beneficiado pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	27
FIGURA 3 - Ocupação profissional do proprietário do imóvel beneficiado pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:	28
FIGURA 4 - Composição da família beneficiado pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	29
FIGURA 5 – Naturalidade do proprietário do imóvel beneficiado pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	30
FIGURA 6 – Área em que residia anteriormente a família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	31
FIGURA 7 – Residência anterior da família beneficiada pelo PMCMV:	33
FIGURA 8 – A moradia anterior da família beneficiada PMCMV se localizava em área de risco:.....	34
FIGURA 9 – Sobre o tamanho da residência atual, em pesquisa no mês de set/out 2019:	35
FIGURA 10 – Tamanho atual da residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	36
FIGURA 11 – Dimensões de cada ambiente da residência atual levando em consideração a capacidade de mobiliar, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	37
FIGURA 12 - Percepção do ambiente/Condições de conforto da residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:	37
FIGURA 13 - Percepção da vizinhança da atual residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	38
FIGURA 14 - Localização/Infraestrutura do loteamento da atual residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:	39
15 – Sobre o tamanho da residência atual comparada ao tamanho da residência anterior do proprietário do imóvel da família beneficiada PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	40
FIGURA 16 – Pretensão de mudança de imóvel da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	40

FIGURA 17 – Alterações na residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:.....	41
FIGURA 18 – Pretensão de alterações na residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019: :	41
FIGURA 19 – Sobre a preferência da moradia atual com relação a moradia anterior da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019: :.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH - Banco Nacional de Habitação.

CCI - Cédula de Crédito Imobiliário.

CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização.

CMV - Comissão de Valores Mobiliários.

COHAB - Companhias Habitacionais como a Companhia de Habitação Popular.

COOPHABS - Cooperativas Habitacionais.

CRIs - Certificados de Recebíveis Imobiliários.

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial.

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social.

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

LCI - Letras de Crédito Imobiliário.

LH - Letras Hipotecárias.

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida.

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural.

PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana.

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos.

SFH - Financiamento Habitacional.

SFI - Sistema Financeiro Imobiliário.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Resultados dos cálculos de amostragem aleatória simples.25

1.INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA	11
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 Objetivo geral	12
1.3.2 Objetivo específico:	12
1.4 JUSTIFICATIVA:	12
2.1 OPORTUNIDADES SOCIAIS SEGUNDO AMARTYA SEN	13
2.2 SISTEMA DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	14
2.2.1 HISTÓRIA DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	14
2.2.2 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL BRASILEIRO.....	15
2.3 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	17
2.4 DEFICIT HABITACIONAL BRASILEIRO.....	19
2.5 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC.....	20
3. METODOLOGIA	22
3.1 NATUREZA DA PESQUISA:.....	22
3.2 OBJETIVOS DA PESQUISA:.....	22
3.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA:	23
3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA	23
3.4.1 FORMULA PARA O TAMANHO DA AMOSTRA	24
3.5 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	25
4 ANALISE DOS DADOS	26
4.1 PERFIL DA FAMILIA	26
4.2 MORADIA ANTERIOR	30
4.3 PERCEPÇÃO ATUAL DA MORADIA.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.	45
7. APÊNDICE A	48

1.INTRODUÇÃO.

A habitação tem um papel fundamental no nível bem-estar do indivíduo e na sua qualidade de vida, já que um dos princípios fundamentais para isto seria a qualidade de moradia do mesmo, pois conforme melhor seu lar, sua casa, o ambiente com quem se convive em família, melhor será sua sensação de bem-estar (SANTOS e VERAS. 2017).

O governo também tem um papel fundamental nesta questão, já que o mesmo, através de suas políticas habitacionais, torna o direito à moradia mais acessível, com programas subsidiando uma parte de valores de moradias novas, e financiamentos a longo prazo e baixa taxa de juros. Uma questão que já tratada desde os anos 1960, com a criação do Sistema de Financiamento Habitacional e o Banco Nacional de Habitação, programas que visavam a construção de moradias em larga escala para pessoas com renda superior a três salários mínimos, Lei Nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. (Brasil,1964).

Com o passar dos anos o governo veio moldando novos programas para suprir o déficit habitacional, chegando até os dias atuais, com o Programa Minha Casa Minha Vida, programa criado durante o governo Lula, no ano de 2009, cuja gestão é realizada pela Caixa Econômica Federal. A principal função do Programa Minha Casa Minha Vida é facilitar a aquisição da casa própria para pessoas de baixa e média renda, também subsidiando uma parte do valor das moradias para pessoas de baixa renda, Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009 (Brasil, 2009).

O presente trabalho pretende analisar o grau de bem-estar e a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida no município de Sangão, município este localizado a 165Km de Florianópolis, capital de Santa Catarina, com população estimada em aproximadamente 12.678 segundo estimativa do IBGE (2019). Sua emancipação aconteceu nos anos 1990, sendo que até então o mesmo era distrito de Jaguaruna.

Observando os fatos expostos acima, podemos levantar a seguinte questão: Visto que o programa Minha Casa Minha Vida é focado em famílias de baixa renda a fim de corrigir o déficit habitacional brasileiro, qual foi sua influência sobre a melhoria de bem-estar e qualidade de vida dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida dentro do município de Sangão/SC entre 2009 e 2018?

Para responder esta questão, o presente trabalho traz oito sessões, nas quais em cada uma delas serão tratados assuntos específicos: o conceito de oportunidades sociais segundo Amartya Sen. Como foi criado e como funciona o Sistema de Financiamento Habitacional, e os programas habitacionais criados pelo governo no decorrer dos anos até os dias atuais, com o programa Minha Casa Minha Vida, aonde será detalhado o objetivo do programa e observar como o mesmo funciona, além disso, será demonstrado o déficit habitacional do Brasil, e como o trabalho tem como principal instrumento a análise de dados dentro do município de Sangão/SC, será apresentado algumas características do município, e para uma conclusão mais precisa, será calculado uma amostragem dentro da população pesquisada, para posteriormente a elaboração e aplicação de um instrumento de pesquisa, para que possa ser feitos a análise dos dados, verificar seus resultados e assim, a conclusão da pesquisa.

1.1 TEMA

Impacto do programa Minha Casa Minha Vida no bem-estar e qualidade de vida dos beneficiários do programa no município de Sangão/SC durante os anos de 2009 a 2018.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Visto que o programa Minha Casa Minha Vida é focado em famílias de baixa renda a fim de corrigir o déficit habitacional brasileiro, qual foi sua influência sobre a melhoria de bem-estar e qualidade de vida dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida no município de Sangão/SC entre 2009 e 2018?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Verificar, mediante construção e aplicação de instrumento de pesquisa, a importância relativa do Programa Minha Casa Minha Vida no bem-estar e qualidade de vida dos beneficiários do programa no município de Sangão/SC.

1.3.2 Objetivo específico:

- Revisar o conceito de oportunidades sociais segundo Amartya Sen.
- Apresentar algumas características da política habitacional no Brasil desde a criação do Banco Nacional de Habitação.
- Detalhar o programa Minha Casa Minha Vida.
- Detalhar o déficit habitacional no Brasil.
- Apresentar algumas características do município de Sangão/SC.
- Definir uma amostra dentro da população do município pesquisado.
- Elaborar e aplicar um instrumento de pesquisa.
- Analisar e discutir os resultados.

1.4 JUSTIFICATIVA:

O presente trabalho se justifica pelo fato de ser uma pesquisa inédita dentro do município, que traz um assunto relevante, com o objetivo de analisar e verificar quais os impactos no bem-estar e na qualidade de vida dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida dentro do município de Sangão – SC, através dele será observado se os moradores da região estão satisfeitos com a decisão tomada diante o financiamento residencial, se o mesmo trouxe uma melhoria nas suas condições de vida, como também uma melhoria no seu bem-estar, e caso o programa não existisse, ou não conseguissem obter o financiamento, os mesmos teriam condições de terem a casa própria, estariam então morando aonde estes beneficiários.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 OPORTUNIDADES SOCIAIS SEGUNDO AMARTYA SEN

Segundo Sen (2000) o desenvolvimento pode ser entendido como o processo de ampliação das liberdades reais usufruídas pelos seres humanos, ou seja, conforme mais liberdades um indivíduo possui na sociedade, o mesmo possuirá mais poder, oportunidades, direitos, e acesso a uma qualidade de vida melhor. O meio em que ele vive está evoluindo, ou passou por um desenvolvimento.

Sen (2000) afirma que as liberdades dependem de outros determinantes, que seriam os meios sócias, econômico e civil. No meio social e econômico, por exemplo os serviços de educação e saúde, já no âmbito civil, o cidadão ter a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas.

Pansieri (2016) também afirma que oportunidades sociais são as responsáveis por acabar com as maiores distorções na sociedade, já que ela garante serviços essenciais no desenvolvimento social e humano, como saúde, educação, entre outros. As oportunidades sociais são focadas mais na pessoa, que na sociedade, porem um agrega valor ao outro, pois segundo o autor, quando se evita mortes prematuras, garante um desenvolvimento físico e mental mais saudável, e proporcionado uma educação básica, que é então o mínimo para que o indivíduo se reconheça como cidadão, e possa exigir seus direitos, sendo assim, isso traz um reflexo, que seria uma maior participação do cidadão na vida política e econômica.

Sen (2000) diz que o principal papel do Estado está nas políticas públicas, custeando o combate à mortalidade infantil ou o analfabetismo. É observada que o Estado também custeia o combate ao déficit habitacional, subsidiando parte do valor das casas financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) as pessoas de baixa renda, ou seja, seguindo por este pensamento o Estado consegue intervir diretamente no nível de bem-estar dos indivíduos da sociedade.

2.2 SISTEMA DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL

2.2.1 HISTÓRIA DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL

Em 1964 foi criado o Sistema de Financiamento Habitacional (SFH) através da lei 4.380 de 21 de agosto de 1964 (Brasil, 1964), e o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha como objetivo a captação de fundos sustentáveis para financiar imóveis em larga escala para a população com renda superior a três salários mínimos. Tais fundos tinham como base o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) criado através da lei 5.107 de 13 de setembro de 1966 (Brasil, 1966), financiado compulsoriamente pelo trabalhador, além de Associações de Poupança, Empréstimos da Caderneta de Poupança e Letras Imobiliárias captadas pelos bancos comerciais privados. As Companhias Habitacionais como a Companhia de Habitação Popular (COHAB) e as Cooperativas Habitacionais (Coophabs), eram voltadas especificamente para a população com renda inferior a três salários mínimos, essas companhias contavam também com recursos advindos do BNH. (SCAGLIONE.1993)

Como explica Sachs (1999), os recursos do SFH provinham do FGTS, que tinha então uma remuneração de 8% sobre o salário do trabalhador e era depositado no BNH e liberado ao beneficiário somente em caso de licenciamento, aposentadoria, compra de habitação ou falecimento. Outro fundo utilizado para o financiamento habitacional seria então a poupança voluntária, através da Caderneta de Poupança, também através de Letras Imobiliárias e de bancos privados, chamados de Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE)

Segundo Rossbah (2005), a partir dos anos de 1970 outros programas como o PROFLUBER, PROMORAR e o João de Barro ajudaram a complementar as deficiências do BNH para a população de baixa renda. Porém, a partir dos anos de 1980, o Brasil passa por um período de alta inflacionária, que se reflete em problemas como desalinhamentos entre os pagamentos das parcelas pelos mutuários e suas rendas, causando então inadimplência e conseqüentemente uma descapitalização do BNH, que então para corrigir tais problemas, foi liquidado e suas funções repassadas a Caixa Econômica Federal, através da lei 2.291 de 21 de novembro de 1986.

"[...] o desempenho do SFH [Serviço Federal de Habitação] dependeria fundamentalmente de dois fatores básicos: a capacidade de arrecadação do FGTS e do SBPE e o grau de inadimplência dos mutuários. Em outras palavras, essa dependência significava que, apesar da sofisticação do seu desenho, o SFH, como de resto qualquer sistema de financiamento de longo prazo, era essencialmente vulnerável a flutuações econômicas que afetassem estas variáveis." [...] "Talvez a principal (dadas as suas implicações políticas) entre as vulnerabilidades do SFH fosse o fato de que flutuações macroeconômicas que implicassem quedas nos salários reais necessariamente diminuiriam a capacidade de pagamento dos mutuários, aumentando a inadimplência e comprometendo o equilíbrio atuarial do sistema." (SANTOS 1999. P.12.)

Santos (1999) afirma que foram criados programas alternativos públicos, como o Pro-Morar e o Habitar Brasil, para dar sustentação a crise e a queda nos financiamentos, contando com financiamentos dentre os Estados e Municípios, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso esses programas se fortificam e visavam recuperar áreas degradadas a reduzir o déficit habitacional.

No ano de 2007 foi criado o Plano de Aceleração do Crescimento, através da lei 11.578 de 26 de novembro de 2007 (Brasil, 2007), plano esse criado pelo Governo Lula, que incluiu vários projetos de investimento em infraestrutura no país, além de um programa específico para a extinção do déficit habitacional, o Minha Casa Minha Vida, através da lei 11.977 de 7 de julho de 2009 (Brasil, 2009).

2.2.2 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL BRASILEIRO

Como afirmam Eloy e Paiva (2010) o crédito é um meio sobre o qual o consumo imediato é viabilizado através da diluição do pagamento no tempo. O financiamento via crédito é de fato importante, pois se torna praticamente inviável a um cidadão assalariado desembolsar o dinheiro e comprar um imóvel à vista, pois os imóveis são mercadorias muito valorizadas, e seu acesso é algo limitado, sendo assim, é indispensável um mecanismo de concessão de crédito, para financiar tais mercadorias.

Como pode ser verificado, através da lei 9.514 de novembro de 1997 (Brasil, 1997) foi criado o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que permitia então, a formação de organização de fundos de captação do mercado financeiro para o financiamento de empreendimentos imobiliários, até então o mercado financeiro era

sustentado por emissão de letras hipotecárias, cartas de créditos, entre outros meios de captação de recursos. Diferente do SFH que conta apenas com recursos oriundos do FGTS, SBPE entre outros, o SFI utiliza fontes de poupança privada livre, interna ou externa, com a possibilidade de financiamento imobiliário com fins habitacionais ou não, voltados a pessoas com renda cima de cinco salários mínimos.

Rosbach (2005) afirma que a partir da lei 9.514/97 foram criados vários fundos securitizados, com lastro em empreendimentos, através da conexão do mercado de crédito imobiliário e com mercado de capitais. Os fundos arrecadados são obtidos através de emissão e troca de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) que então seriam administrados por companhias de securitização supervisionadas pela Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC) criada em 1997 e fiscalizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os CRIs têm como objetivo exprimir os créditos imobiliários de forma que circulem sem obstáculos e com celeridade, buscando dinamizar a relação de um mercado secundário com as companhias securitizadas trabalhando como intermediárias entre o mercado produtos e o mercado investidor segundo Martins (2015).

Segundo Rosbach (2005) o mercado secundário é o segundo lugar para onde vão as hipotecas por meio de intermediários, que neste caso seria então as companhias securitizadoras, após terem sido originadas pelo mercado primário de concessão de crédito. Ainda sobre o mercado secundário, a autora afirma não haver um sistema muito seguro para o desenvolvimento deste mercado no Brasil, já que o mercado primário é pouco estruturado quando a responsabilização do risco de inadimplência do mutuário que é diluído entre o originador (corresponsável pelo pagamento do mutuário) ou ao comprador do CRI que tem uma cobertura estruturada através de uma seguradora de crédito.

Rosbach (2005) ainda afirma que as Associações de Poupança e Empréstimo do Brasil, administradas por bancos comerciais, libera, crédito imobiliário de forma limitada dado um percentual total de depósitos de poupança próprio, e na maioria das vezes o *spread* das operações são de fato muito elevados, em média 4% mais a TR, isso devido a um mercado de baixa liquidez e excessivo elevado risco de crédito, outra questão seria que a da parte dos bancos uma inexperiência e ineficiência operacional.

Martins (2015) explica que os principais instrumentos de captação de recursos são as Cédulas Hipotecárias (CH), que então representam a cessão de créditos hipotecários, utilizadas em operações do SFH e hipotecas de instituições financeiras ou companhias de seguros. Um outro meio utilizado é a Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), utilizadas para representar créditos atrelados a negócios imobiliários sob unidades imobiliárias e incorporações, que abrange todos os dispositivos contratuais com clareza, para garantir a celeridades a operação de crédito e que seja utilizado como instrumento de securitização. Existe também as Letras Hipotecárias (LH), que seriam então títulos de emissão privada atrelados aos financiamentos do Sistema Financeiro da habitação, e por último as Letras de Crédito Imobiliário (LCI), que são títulos emitidos por bancos comerciais, carteira de crédito, bancos múltiplos e CEF, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimos e outras autorizados pelo Banco Central.

2.3 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa do governo, criado em 2009 que segue com a utilização de recursos advindos do FGTS, contando com subsídios do próprio Governo Federal, os financiamentos têm prazos de até 35 anos, contemplando os beneficiários através da faixa de renda salarial conforme lei 11.977 de 7 de julho de 2009 (Brasil, 2009).

O PMCMV segue as seguintes diretrizes: redução do déficit habitacional, a distribuição de renda e inclusão social, a dinamização do setor de construção civil, e a geração de trabalho. (GONÇALVES JUNIOR et al 2014).

Gonçalves Junior et al (2014) diz que o programa além de utilizar recursos do FGTS, utiliza outros fundos, como o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Sendo que o programa é então gerido pelo Ministério das Cidades.

Como afirma D'Amico (2010) o principal objetivo do PMCMV é então facilitar a compra da casa própria por famílias com renda entre zero e dez salários mínimos, quem fica com a parte operacional do programa é a Caixa Econômica Federal, já que a mesma é favorecida por dotar uma série de características que a

tornam única no país, e capaz de realizar e gerir todos os compromissos do Programa.

D'Amico (2010) ainda diz que o PMCMV é composto por dois outros programas nacionais, o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) voltado para regiões urbanas, e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) voltado para as regiões rurais, sendo que o PNHU procura atingir principalmente as pessoas de baixa renda, subsidiando uma parte do valor do imóvel, para suprir o grande déficit habitacional que existe na faixa de renda mensal de até seis salários mínimos, porém o programa também traz condições especiais para pessoas que ganham entre seis e dez salários mínimos, podendo assim utilizar os recursos do FGTS, sendo assim o PNHR contempla quem mora em área rural e se enquadram nos quesitos estabelecidos pela Caixa Econômica Federal e pelo PMCMV dando o direito de participação do programa, contemplando os beneficiários com subsídios para aquisição dos materiais de construção.

O PMCMV tem como característica identificar o tipo de déficit habitacional a ser atingido pelos programas, já que o PNHU serve tanto para compra de um imóvel, como também para a reforma das moradias, já o PNHR é destinado apenas para aquisição de materiais de construção, ou seja, visando apenas a reforma dos imóveis rurais, sem estimular a produção de novas moradias, sendo assim o montante disponibilizado para o PNHU é muito maior ao do PNHR, já que também o déficit habitacional é muito maior em perímetro urbano, que em perímetro rural segundo D'Amico (2010).

Como afirma D'Amico (2010) outro ponto forte do PMCMV é que ele engloba uma série de aspectos institucionais, como por exemplo a regularização fundiária dos assentamentos urbanos, papel esse dos governos municipais, e também a disponibilização de terrenos para os empreendimentos habitacionais, porém os locais deverão ter condições adequadas de infraestrutura, condições de saneamento e sustentabilidade ambiental.

2.4 DEFICIT HABITACIONAL BRASILEIRO

Segundo Neto et al (2013) dentre os indicadores utilizados na política habitacional, o déficit habitacional fica responsável por informar a sociedade e aos gestores públicos sobre a necessidade de repor o estoque das moradias existentes, que seriam então incapazes de oferecer condições de uso dignas, em razão de sua precariedade ou por seu desgaste ao longo do tempo. Também informa a necessidade de aumentar o estoque de moradias para atender as famílias que se encontram em situação de coabitação forçada, ou seja, fazendo o compartilhamento de uma residência sem que isso seja de seu desejo. Portanto este indicador tenta a orientar os agentes públicos responsáveis pelas políticas habitacionais a criar novos programas capaz de suprir estes déficits, englobando municípios, estados e união.

Gonçalves Junior et al (2014) afirma que o déficit habitacional pode ser entendido de duas formas, como o déficit por reposição de estoque, que se refere aos domicílios rústicos, domicílios esses considerados insalubres, pois podem trazer riscos de contaminação por doenças, trazendo desconforto aos moradores. O outro déficit observado seria o déficit por incremento de estoque, que condiz aos domicílios improvisados, coabitação familiar forçada, e também engloba dois tipos de domicílios locados, como aqueles que são fortemente adensados e aqueles que as famílias pobres pagam de aluguel um valor superior a 30% de sua renda.

Neto et al (2013) apresenta dados dentre os anos de 2007 e 2012, aonde o mesmo traz a informação que o déficit habitacional brasileiro passou de 5,59 milhões de domicílios em 2007 para 5,24 milhões de domicílios em 2012, informando ainda que a maior redução entre o período 2007-2012 deu-se no componente de habitações precárias, passando de 2,22% de habitações precárias em 2007 para 1,42% de habitações precárias em 2012. Outro dado bastante importante é que o déficit habitacional brasileiro, na sua maior parte está concentrado na região urbana (85% do total em 2012), porém, quando se é observado as condições precárias no âmbito urbano, é visto uma porcentagem de 10% do total do déficit urbano, já quando se observa a região rural, esta quantia sobe para 70% do déficit total rural.

Segundo IBGE/CENSO (2010) Santa Catarina contava com 2.015.139 domicílios no ano de 2010, sendo que o déficit habitacional era composto por

161.154 moradias, e 31.864 delas se encontravam em estado precário. Comparando estes dados com os dados do Rio Grande do Sul e Paraná, Santa Catarina apresenta o melhor índice. A capital Catarinense, Florianópolis, apresenta um déficit de 28.501 habitações, sendo que 4.147 são precárias.

Segundo Neto et al (2013) o déficit habitacional brasileiro passou de 10% do total de domicílios em 2007 para 8,53% em 2012. Um fator que justifica este caso, seria a criação do PMCMV em 2009, ou seja, o estado utilizando de políticas públicas para tentar controlar o déficit habitacional no Brasil.

2.5 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC.

Sangão/SC é um município do sul do estado de Santa Catarina, localizado a 165 KM de Florianópolis, com uma população estimada em 12.678 habitantes, e com uma área territorial de aproximadamente 82.735 KM², sua emancipação ocorreu em 1992, sendo que o mesmo até então era distrito de Jaguaruna segundo IBGE (2019).

A população de Sangão era composta por 10.400 pessoas em 2010 sendo IBGE/CENSO (2010), sendo que 4.856 pessoas moravam na região urbana da cidade, e 5.544 pessoas moravam na região rural.

O IBGE afirma que em 2017 o salário médio mensal dos trabalhadores registrados era de 1.8 salários mínimos, e que no mesmo ano havia 4.057 pessoas ocupadas, equivalente a 33,2% da população no mesmo período, sendo observado ainda que 24% da população possuía um rendimento nominal per capita de até meio salário mínimo, porém o PIB per capita apurado em 2016 foi de R\$ 20.777,17.

Segundo CENSO/IBGE em 2010 foi observado que 94,9% das crianças de 6 a 14 anos frequentavam a escola, sendo que em 2018 cerca de 1.701 jovens se matricularam no ensino fundamental e 400 alunos se matricularam no ensino médio.

O IBGE 2019 ainda traz dados informando que 18% dos domicílios apresentam esgotamento sanitário adequado e que 5,4% dos domicílios urbanos em via publicam contam com arborização, sendo que em 9% dos domicílios urbanos em vias públicas é observado a urbanização adequada, ou seja, contam com a presença de bueiros, calçadas, pavimentação e meio fio.

A principal atividade econômica do município é a indústria de cerâmica vermelha, chegando a produzir em média 100.000.000 unidades, produção essa que é consumida por todo território nacional e exportada para os Países do Mercosul, esta produção se dá, pois o solo da região é rico em argila, principal insumo na produção cerâmica, porém a exploração de pedras também gera empregos, e na produção agrícola se destaca o cultivo da mandioca, seguido pelo plantio de arroz, fumo e até feijão.

Sangão então tem esse nome, pois seu primeiro habitante, Sr. Manoel Francisco da Silva, que veio de Aratingauba, Município de Imaruí, para trabalhar na agricultura, já que o solo da região era bastante fértil, e na propriedade de Sr. Manoel havia uma grande sanga, que então trouxe o nome ao lugar, de "Vila Sangão", porém antes disso a localidade era conhecida como "24 de Outubro".

A localidade ainda era conhecida por "Rua do Fogo", nome esse ligado aos tropeiros, pois os mesmos faziam o percurso da região serrana ao porto de laguna, levando suas boiadas. Como a viagem era um tanto quanto longa, eles passavam a noite em uma olaria, localizada na região de Sangão. Os tropeiros faziam fogueiras para se aquecer e cozinhar, quando prosseguiam com sua caminhada, restavam apenas no local as brasas das fogueiras, e assim quando chegavam outros tropeiros, as encontravam ali, devido a isso, a região é conhecida como "Rua do Fogo".

3. METODOLOGIA

Será usado o conceito de Sen (2000) para observar se no município de Sangão houve um desenvolvimento através do PMCMV cujo mesmo será relacionado ao aumento na qualidade de vida e no bem-estar dos beneficiários do programa.

Segundo Sen (2000) oportunidades sociais são disposições que a sociedade determina nas áreas de educação, saúde e afins, áreas estas que influenciam diretamente na liberdade substantiva do ser humano ter uma vida melhor, sendo assim, será correlacionado o PMCMV diretamente com uma "oportunidade social", observando se este programa social do governo impactou diretamente nas condições de vida dos beneficiários.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA:

Segundo Gil (2008) a pesquisa aplicada tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização ou consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial.

Sendo assim, o presente trabalho pretende explicar um fato e não criar uma nova teoria, pois através dele iremos observar se no município de Sangão/SC houve um aumento do bem-estar e na qualidade de vida dos beneficiários do PMCMV na localidade do município.

3.2 OBJETIVOS DA PESQUISA:

Gil (2008) afirma que pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que tem por objetivo estudar as características de um grupo específico.

Com esta afirmação observamos que o presente trabalho trata de uma pesquisa descritiva, já que o mesmo irá relacionar um programa social com uma

reação, ou seja, o impacto do PMCMV no bem-estar dos cidadãos do município de Sangão, analisando um grupo específico de pessoas, que seriam os beneficiários do programa.

3.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA:

Gil (2008) ainda diz que o método indutivo parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realizado. Nesse método, parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se desejam conhecer. A seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles, e por fim, procede-se a generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos.

Com base nas palavras de Gil (2008) podemos notar que o presente trabalho se encaixa neste procedimento de pesquisa, já que através de dados coletados será buscado uma conclusão, que pode trazer indícios voltado para o município de Sangão, já que será analisado se há uma relação entre o PMCMV e o grau de bem-estar e qualidade de vida dos beneficiários do programa dentro do município de Sangão/SC. Um fato observado, seria que o cidadão com uma casa nova, em um local com infraestrutura adequada, teria um grau de bem-estar mais elevado e uma qualidade de vida melhor, sendo assim, através de nossa conclusão poderemos verificar se este fato é verdade.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Neste trabalho será utilizado o método de amostragem aleatória simples para calcular a amostra dentro da população de Sangão. Barbetta (2012) afirma que este método se define como um sorteio dentro da população em questão, sem restrições e sem reposição, ou seja, cada elemento da população só pode ser sorteado uma única vez. A população é composta por N elementos, aonde é preciso

extrair uma amostra aleatória simples do tamanho de n , sendo que $n < N$. A amostra aleatória simples tem a seguinte propriedade:

"[...] qualquer subconjunto da população, com o mesmo número de elementos, tem a mesma probabilidade de fazer parte da amostra. Em particular, temos que cada elemento da população tem a mesma probabilidade (dada por n/N) de pertencer a amostra." (BARBETTA 2012. P.45).

Conforme dados repassados pela prefeitura municipal de Sangão, no período estudado foram construídas 411 casas com alvarás liberados pela prefeitura, sendo assim, nossa população será representada por 411 elementos, porem nem todos esses elementos necessariamente construíam suas casas através do PMCMV, mais segundo a própria prefeitura a grande maioria sim, utilizou os recursos do programa.

Segundo Barbetta (2012) para o pesquisador conseguir determinar o tamanho da amostra, o mesmo precisa especificar um erro amostral tolerável, ou seja, o quando ele admite errar na avaliação do parâmetro de interesse. Sendo assim será utilizado um erro amostral de 12,5% por definição do pesquisador.

3.4.1 FORMULA PARA O TAMANHO DA AMOSTRA

Barbetta (2012) traz as seguintes equações para calcular a amostragem aleatória simples:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo que:

N tamanho da população.

n tamanho da amostra.

n_0 primeira aproximação para o tamanho da amostra.

E_0^2 erro amostral tolerável.

TABELA 1 – Resultados dos cálculos de amostragem aleatória simples.

$N.$	411
n	55,37
n_0	64
E_0^2	12,5

Fonte: elaborado pelo autor.

Segundo calculo de amostragem considerando um erro amostral tolerável de 12,5% e dentro desta população de N elementos, representados por 411 casas, será extraído a quantia de 55 casas, representados por n .

3.5 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Será utilizado como base da elaboração do instrumento de pesquisa um trabalho realizado por Logsdon et al (2016), onde os mesmos fizeram uma coleta de dados primários dentro do município de Cuiabá/MT, aplicando um questionário de dez perguntas a moradores de um residencial localizado nesta cidade, com o intuito de verificar a satisfação dos moradores após a ocupação de suas residências fornecidas pelo PMCMV.

Com base no artigo citado acima será elaborado um questionário com dezenove perguntas, aonde o mesmo será aplicado em diversos moradores de loteamentos/residências localizados no município de Sangão. Conforme amostragem, será entrevistado 55 pessoas, que construíram residências novas a partir de 2009, acredita-se que a grande maioria delas foram adquiridas através do PMCMV.

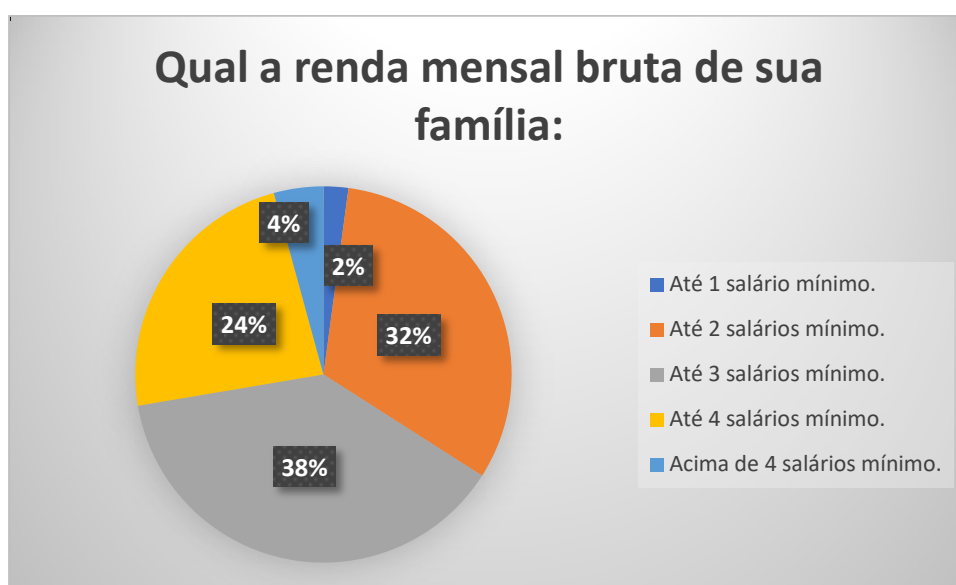
Os entrevistados terão total anonimato diante o questionário, sendo que o mesmo foi aplicado durante os meses de setembro e outubro de 2019. O questionário aplicado está disponível no apêndice A deste trabalho.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme citado anteriormente, a pesquisa foi aplicada em 55 residências localizadas no município de Sangão, sendo que, destas 55 residências 47 foram financiadas pelo PMCMV, sendo assim, as outras 8 residências construídas com recursos advindos de outras fontes foram ignoradas. Os resultados a seguir se baseiam apenas nas 47 residências do PMCMV.

4.1 PERFIL DA FAMÍLIA

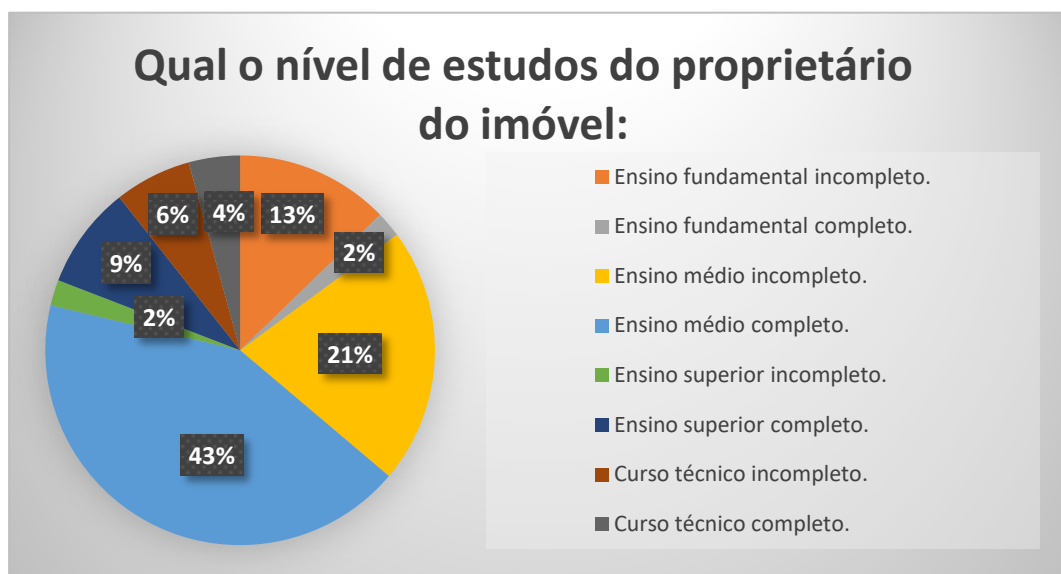
FIGURA 1 – Renda mensal bruta da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

Seguindo o questionário, quando eram perguntados sobre seu salário 38% dos entrevistados ganhavam até 3 salários mínimos, sendo que 32% deles ganham até 2 salários mínimos, 24% até 4 salários mínimos, 4% acima de 4 salários mínimos e apenas 2% ganhavam até 1 salário mínimo.

FIGURA 2 – Grau de escolaridade do proprietário do imóvel beneficiado pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

Em seguida os mesmos eram questionados quanto a sua escolaridade, sendo que a maioria possuía o ensino médio completo, cerca de 43% dos entrevistados, seguido por 21% com ensino médio incompleto, sendo que apenas 9% dos entrevistados possuíam curso superior completo, e 4% algum curso técnico completo. Um dado também que chamou bastante atenção foi que 13% dos entrevistados não terminaram o ensino fundamental. Se comparado com os dados do gráfico anterior, é observado que pode existir uma relação entre a escolaridade e a renda, já que a maioria das pessoas possuem o ensino médio completo e a maioria delas ganham até três salários mínimos, isso pode indicar que se mais pessoas tivessem completado o ensino médio, mais pessoas poderiam ganhar até três salários mínimos.

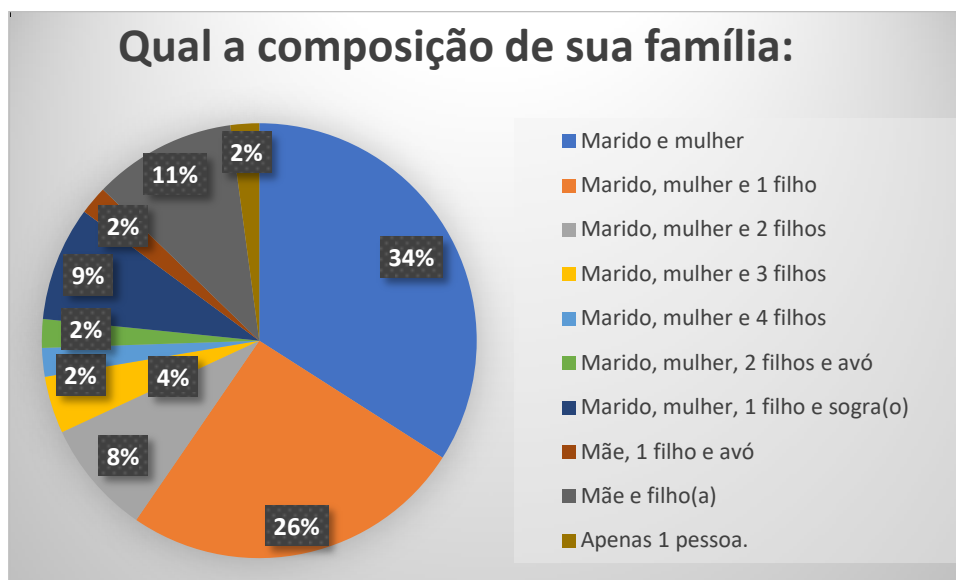
FIGURA 3 - Ocupação profissional do proprietário do imóvel beneficiado pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

Sobre sua ocupação profissional 45% dos entrevistados trabalhavam no setor industrial (sendo que no município em questão existem uma grande empresa de fabricação de freios e inúmeras cerâmicas de tijolos e telhas), outros 32% no setor de serviços, 11% empregados do setor público, e 4% empresários, outros 4% trabalhadores rural e 4% deles estavam desempregados (sendo que as fontes de renda destas residências vinham de outro membro da família ou de alguma pensão). É observado nos três primeiros gráficos o indicio que poucas pessoas ganham acima de quatro salários mínimos, sendo que também o número de pessoas com ensino superior é considerado pequeno, e o número de empresários é preenchido por uma pequena quantia de indivíduos, ao analisar estes três dados, é constatado que pode existir uma relação entre elas, pois se talvez o número de pessoas com o ensino superior completo fosse maior, poderia influenciar no número de empresários da região, como também afetando os salários dos mesmos.

FIGURA 4 - Composição da família beneficiado pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:

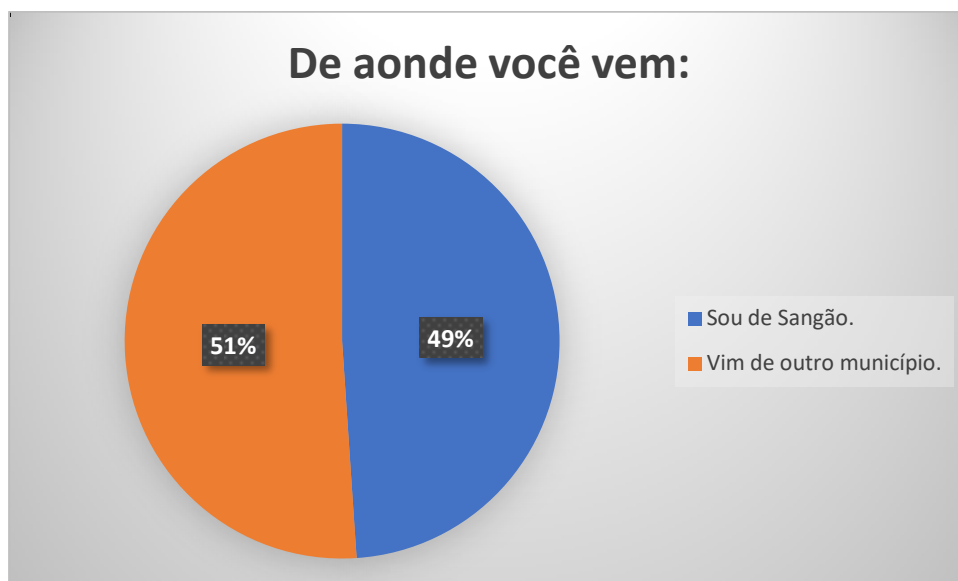


Fonte: elaborado pelo autor.

Quando a pergunta foi em relação a composição familiar, houve uma grande diversidade nas respostas, como vimos no gráfico acima, 34% das residências eram compostas apenas por marido e mulher (na maioria delas jovens casais), sendo que 26% eram compostas por marido, mulher e um filho. Algo interessante é que uma única pessoa construiu a casa sozinha, por querer sair da casa dos pais, e outro dado nos mostra que 11% das famílias eram compostas por mãe e filho, sendo que estas pessoas financiaram a casa pelo fato de ocorrer um divórcio no casamento e esta ser a melhor opção de moradia pelo fato de já terem filhos e quererem dar uma condição melhor de vida a eles.

4.2 MORADIA ANTERIOR

FIGURA 5 – Naturalidade do proprietário do imóvel beneficiado pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

O gráfico acima mostra o número de ívidos que vieram de outros municípios, não necessariamente para financiar a casa no município de Sangão, mais sim em busca de oportunidades de emprego, que a região oferecia antigamente por ser um local com bastante oferta de emprego, já que a região é rica em argila, e lá se concentravam várias cerâmicas de telhas e tijolos. Sendo assim, 51% dos ívidos são naturais de outros municípios e 49% são naturais de Sangão, e decidiram continuar na cidade pelo fato de estarem perto de familiares e alguns também por estarem perto do emprego.

Segundo IBGE/CENSO (2010) a população de Sangão era de 10.400 pessoas, sendo que para 2019 o IBGE estimou uma população com cerca de 12.678 habitantes, ou seja um crescimento de aproximadamente 18% da população, pode-se notar um fato interessante, talvez as pessoas estariam imigrando para o município em questão, por algum motivo bastante atrativo, porem, não foi levantado neste trabalho.

Se comparado o gráfico acima com os dados do IBGE/CENSO (2010) podemos observar algo interessante, pois em 2010 a população de Sangão era

composta por 10.400 habitantes, sendo 6.197 (59,6%) pessoas naturais do município e 4.203 (40,4%) pessoas que vieram de outros municípios, ou seja, segundo os dados que foram coletados, pode ser que ocorreu uma mudança, nesta relação, já que nesta pesquisa é observado que quase um pouco mais da metade dos entrevistados acabaram vindo de outro município.

FIGURA 6 – Área em que residia anteriormente a família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



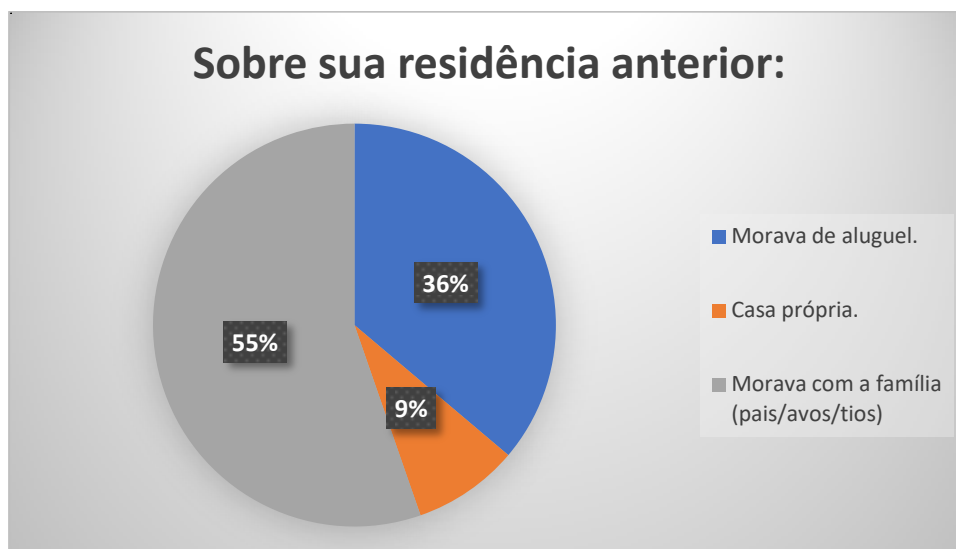
Fonte: elaborado pelo autor.

Quando a pergunta era sobre a região que cada um veio, 62% das pessoas já moravam em área urbana, e 38% delas migraram da área rural para a área urbana, já que a pesquisa foi feita apenas na área urbana do município como já citado acima.

Segundo IBGE/CENSO (2010) 53% da população de Sangão em 2010 morava em região rural, sendo assim, ao observar os dados do gráfico acima, há um forte indicio que o cenário mudou de figura, e talvez a quantidade de pessoas que morava em área rural no município tenha diminuído.

Os entrevistados que vieram da área rural mostraram total satisfação em migrarem para área urbana, já que estavam mais próximos dos centros comerciais, postos de saúde, e emprego, sendo que alguns deles vieram da região rural, porém ainda continuam trabalhando na roça (já que no município também existe uma grande produção rural, plantação de mandioca e arroz).

FIGURA 7 – Residência anterior da família beneficiada pelo PMCMV:



Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda sobre suas residências anteriores, 55% dos pesquisados moravam com os pais, muitos deles eram os jovens casais que construíram a casa com a intenção de se casarem, porém em certos casos eram famílias que moravam com outras famílias, ou seja, duas ou mais famílias dividindo a mesma residência, sendo observando neste caso, o indicio de déficit por incremento de estoque, já que estas famílias moravam sobre coabitação forçada, outros 36% moravam de aluguel, sendo que alguns relataram que o valor da prestação do imóvel mensal, seria praticamente igual (pequena variação) ao valor do aluguel que os mesmos pagavam, sendo mais vantajoso o financiamento da residência, já que estariam então pagando algo que era deles. E apenas 9% dos entrevistados tinham residência própria, sendo que os mesmos optaram por financiar uma nova moradia nos casos de divórcio, e saírem do meio rural para a região urbana. Comparado com o gráfico anterior, pode existir uma relação entre morar com a família e em área rural, pois a maioria das pessoas entrevistadas alegaram que moravam em área rural anteriormente pois residiam com familiares.

FIGURA 8 – A moradia anterior da família beneficiada PMCMV se localizava em área de risco:

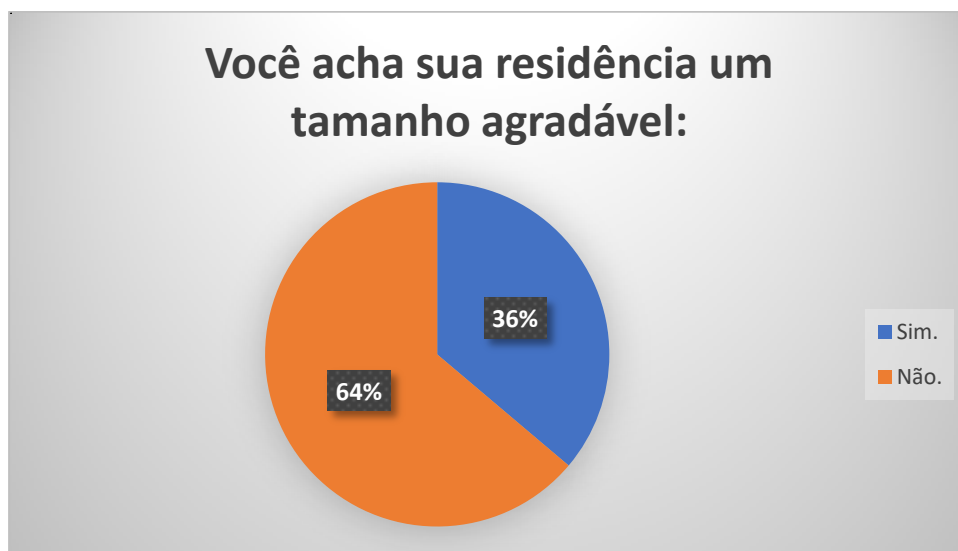


Fonte: elaborado pelo autor.

Outro dado importante seria se a moradia anterior ficava em área de risco, sendo que 87% responderam que não, e os outros 13% falaram que sim, sua moradia ficava em área de risco, tal como enchentes e deslizamento de terra, as casas eram construídas próximas de rios, riachos e afins. Esta questão é algo um tanto quanto importante, já que essas pessoas saíram de um local impróprio para moradia, vindo para uma casa com total segurança, trazendo mais tranquilidade aos moradores, como foi relatado por um entrevistado, sendo que o mesmo disse, que quando chovia muito forte, ele não conseguia dormir à noite direito, pois o medo de sua casa alagar era grande, já agora suas noites são tranquilas, já que não existe mais este perigo.

4.3 PERCEPÇÃO ATUAL DA MORADIA

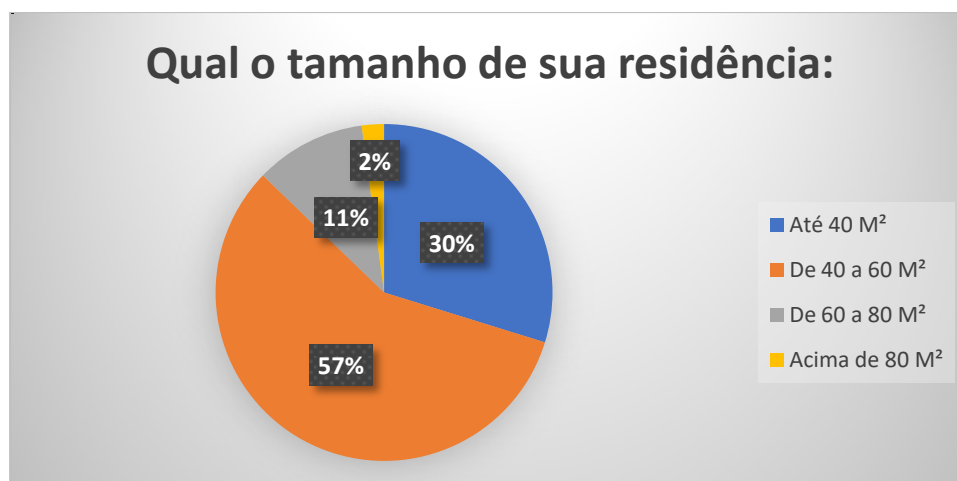
FIGURA 9 – Sobre o tamanho da residência atual, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

Algo que chamou bastante atenção foi o fato de que 64% das pessoas achavam o tamanho de sua residência desagradável, ou seja, achavam que era muito pequena, um motivo para isso, seria o valor liberado para construção da casa, já que os mesmos compraram também o terreno, sendo assim o valor entre a diferença do terreno e do dinheiro liberado era aplicado na construção da casa, fazendo com que as residências não fossem do tamanho de agrado do morador. Porém 36% das pessoas achavam sua residência de tamanho agradável, sendo que na maioria dessas residências moravam apenas dois indivíduos.

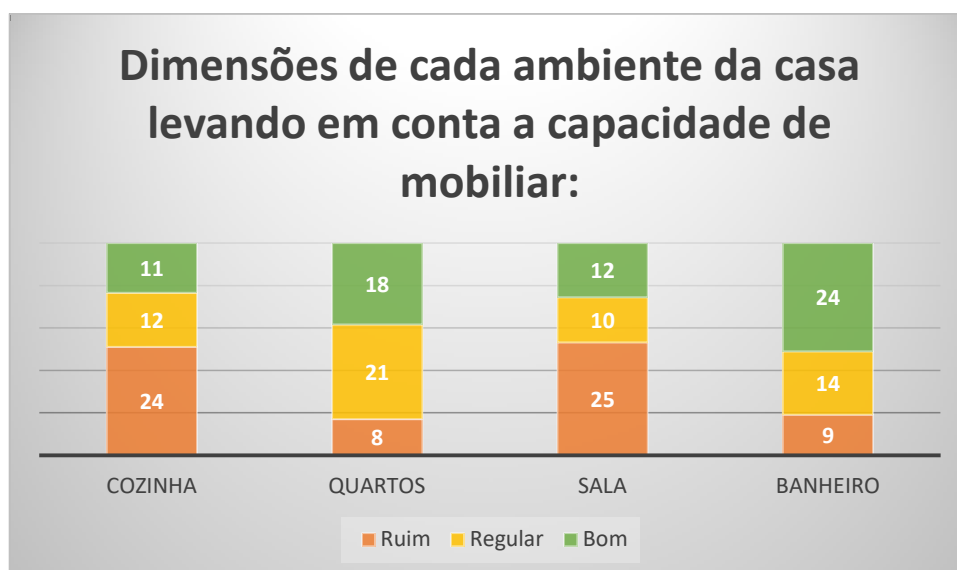
FIGURA 10 – Tamanho atual da residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

Sobre o tamanho de suas residências, 57% das casas tinham entre 40 a 60 metros quadrados, 30% tinham menos que 40 metros quadrados (isso explica um pouco da insatisfação dos moradores comentado no gráfico anterior), 11% entre 60 e 80 metros quadrados. Apenas 2% das residências tinham mais que 80 metros quadrados, que se comparado aos gráficos anteriores, vemos que talvez exista uma relação entre os beneficiários que ganhavam acima de quatro salários mínimos, já que a proporção dos dois é uma quantia pequena.

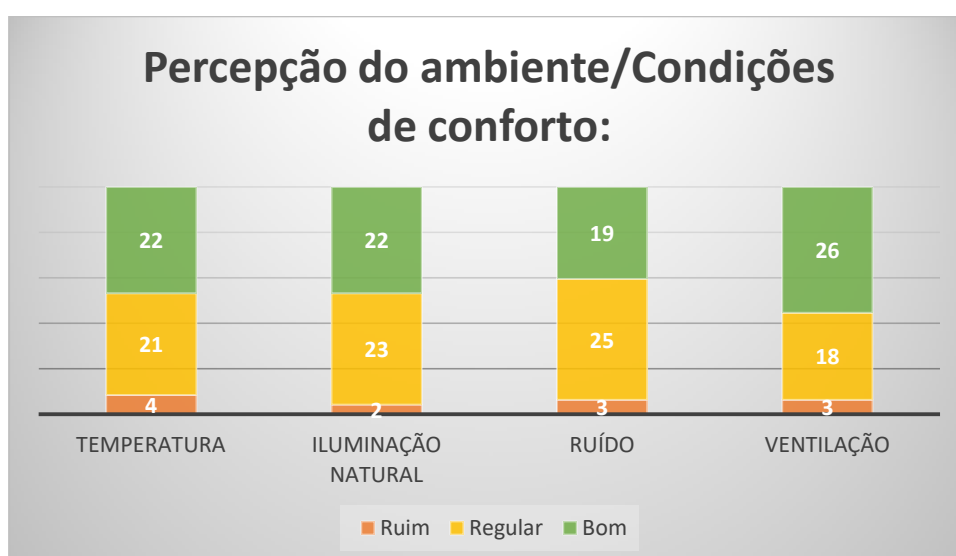
FIGURA 11 – Dimensões de cada ambiente da residência atual levando em consideração a capacidade de mobiliar, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda sobre o tamanho da casa, foi perguntando sobre a capacidade de mobiliar cada cômodo, muitas das pessoas falaram que a cozinha e a sala eram ruins de mobiliar, devido a serem quase todas conjugadas, ou seja, no mesmo cômodo, porém os quartos e banheiros tinham um espaço bom para se mobiliar segundo os moradores.

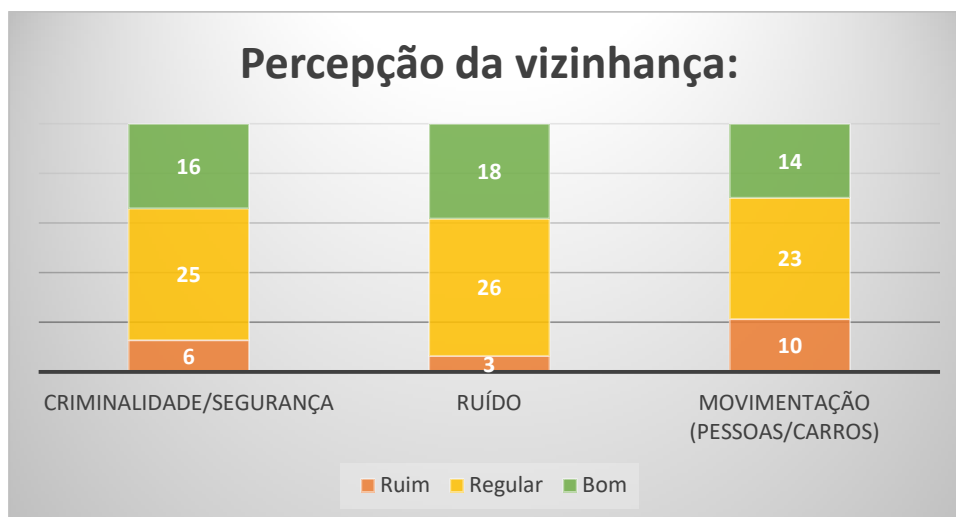
FIGURA 12 - Percepção do ambiente/Condições de conforto da residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

Perguntando sobre as condições de conforto, sendo elas, temperatura, iluminação natural, ruído e ventilação a maioria dos entrevistados se mostraram satisfeitos, como gráfico acima demonstra, apenas uma pequena minoria, responderam que estas condições eram ruins nas suas residências.

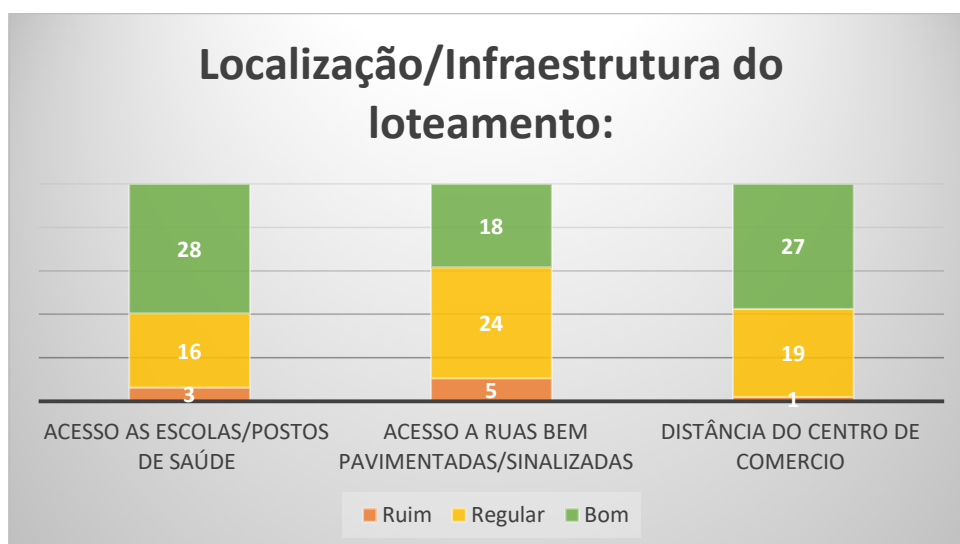
FIGURA 13 - Percepção da vizinhança da atual residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

Os entrevistados relataram sobre a percepção da vizinhança que os loteamentos aonde moravam era um local calmo, com um índice baixo de criminalidade, já que as residências ficavam próximas ao centro, alguns moradores que moravam em lugares mais retirado, nos finais dos loteamentos, tinham medo de serem roubados, já que ficavam um pouco mais distante do centro, com pouca movimentação de pessoas. Em questão de ruídos e movimentação (pessoas/carros) alguns moradores se relataram que por morarem próximo ao trilho, o trem acabava tirando um pouco de sossego, que já o mesmo faz um grande barulho quando se locomove.

FIGURA 14 - Localização/Infraestrutura do loteamento da atual residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

Sobre a infraestrutura dos loteamentos, a grande maioria dos entrevistados se mostraram satisfeitos, na questão de acesso as escolas, postos de saúde, ruas bem pavimentadas e distância do centro comercial. Este dado é um tanto quanto importante neste trabalho, já que o mesmo mostra as condições que os indivíduos têm sobre usufruírem dos bens públicos, como escolas, ruas pavimentadas, entre outros citados acima.

Nesta questão, é observado o conceito de Sen (2000) já que o mesmo afirma que o estado consegue interferir diretamente na qualidade de vida do cidadão, através de suas políticas publicas. É observado que os beneficiários adquiriram direitos perante a sociedade, direitos esses que segundo Sen seriam os direitos sociais e econômicos, como por exemplo o acesso as escolas e postos de saúde.

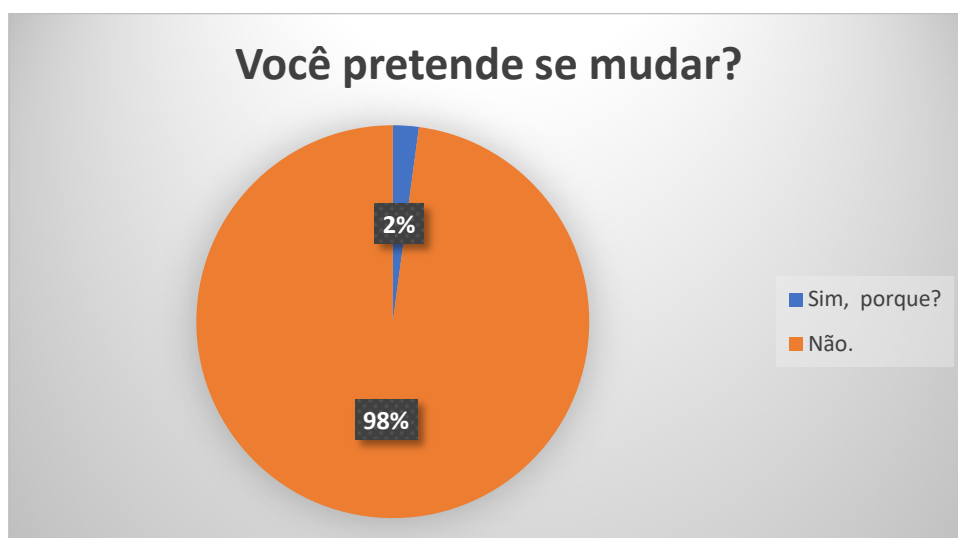
15 – Sobre o tamanho da residência atual comparada ao tamanho da residência anterior do proprietário do imóvel da família beneficiada PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

Um fato curioso, é que 79% dos entrevistados relataram que suas residências atuais eram menores que as anteriores, entrando em questão o tamanho das residências, citado na figura 10, apenas 21% das pessoas hoje, moram em casas maiores que as anteriores (na maioria dos casos eram pessoas que moravam de aluguel em alguma “kitnet” ou “meia água”).

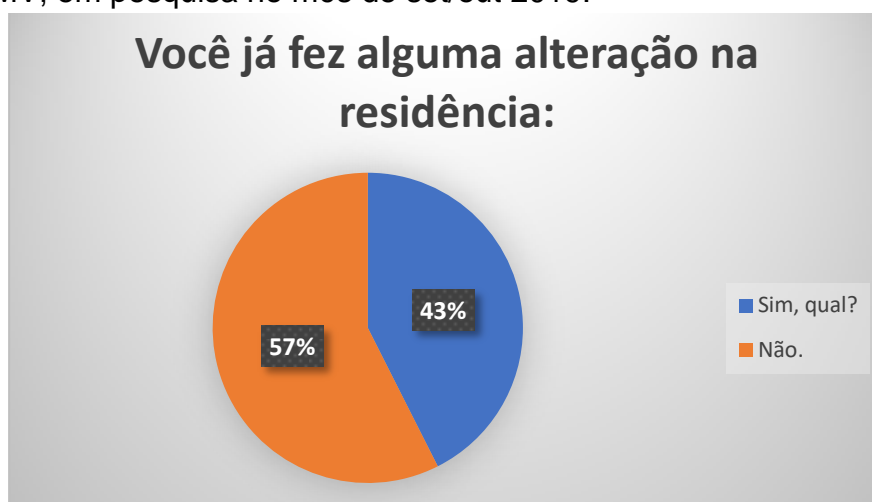
FIGURA 16 – Pretensão de mudança de imóvel da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

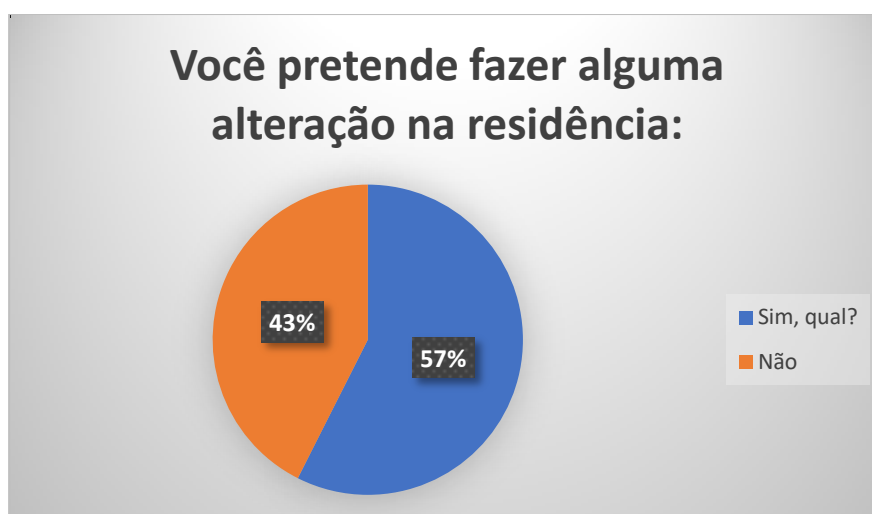
Outro dado bastante importante para medir o grau de satisfação dos beneficiários do PMCMV é o do gráfico anterior, já que quando eram questionados sobre a pretensão de mudança para outra residência, 98% dos moradores responderam que não, e apenas 2% responderam que sim, representados por um único indivíduo, que queria se mudar, pois achava sua “casa muito alta”, no caso a residência tinha um porão, e a casa em cima ficava a uns dois metros do chão.

FIGURA 17 – Alterações na residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

FIGURA 18 – Pretensão de alterações na residência da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



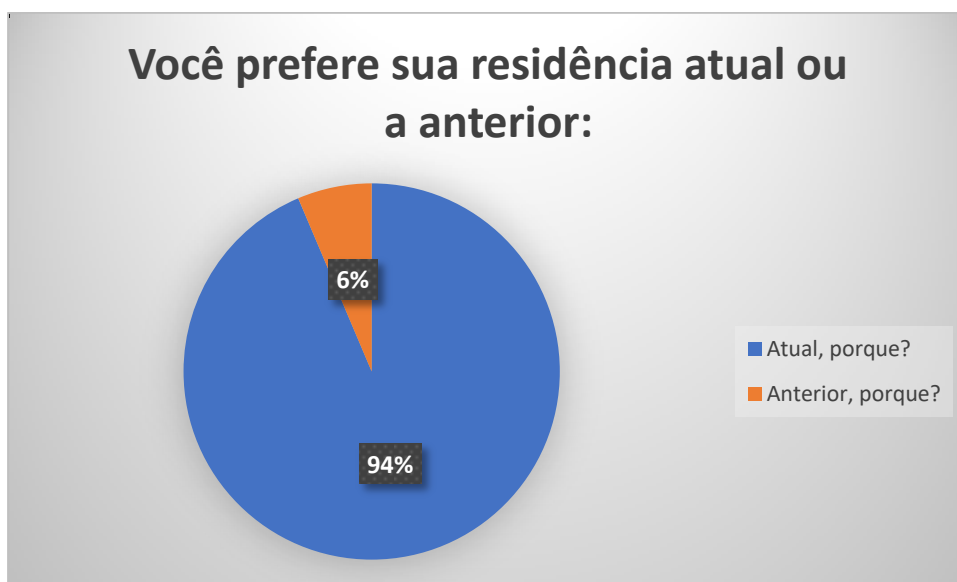
Fonte: elaborado pelo autor.

Sobre alterações nas residências, 57% dos entrevistados relataram que não fizeram nenhuma alteração desde de que financiaram o imóvel, os outros 43%

já fizeram alguma alteração, como construção de muros, garagem, ou fechar o porão da casa (que a mesma quando construída apenas é erguido as colunas/vigas de concreto). Sobre a pretensão de fazer alguma alteração 43% responderam que não pretendem fazer nenhuma alteração na residência (quase todos eles já fizeram alguma alteração na sua residência e se enquadram no gráfico 17). Os outros 57% dos entrevistados pretendiam fazer alterações como muros, garagem, e até mesmo aumentar a residência devido a insatisfação com o tamanho da mesma.

Comparando o grau de mudanças já realizadas com a renda familiar bruta, é observado que existe uma correlação fraca (certa de 0,23) entre o nível de salário das famílias e a capacidade de alteração residencial, pois 66% das famílias ganham acima de dois salários mínimos e apenas 43% delas já fizeram alguma mudança em sua residência, ou seja, pode não existir uma causalidade entre nível de renda e investimento nas melhorias residências.

FIGURA 19 – Sobre a preferência da moradia atual com relação a moradia anterior da família beneficiada pelo PMCMV, em pesquisa no mês de set/out 2019:



Fonte: elaborado pelo autor.

A pesquisa foi concluída com a pergunta sobre a preferência do morador diante a residência atual ou a anterior, e 94% deles responderam que preferem a casa atual, pelo fato de serem casas próprias (embora financiadas), pelo local da residência, sendo possível ter acesso a diversos bens públicos, como também acesso a centro comercial, a morar em um local com infraestrutura adequada, sair do aluguel como também sair da casa dos familiares. Os outros 6% que preferiam a

moradia anterior seria pela questão de tamanho, algo já citado no trabalho, que provocou a insatisfação de alguns moradores, sendo que estes 6% declararam que a moradia anterior tinha maior espaço, e por isso a preferência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado com o intuito de analisar os impactos na qualidade de vida e no grau de bem-estar dos beneficiários do PMCMV no município de Sangão/SC. Após analisadas todas as questões acima, e o próprio relato direto das famílias beneficiadas pelo PMCMV dentro do município de Sangão/SC, pode-se concluir que o programa trouxe uma melhoria nas condições de vida dos beneficiários, e no seu bem-estar. A maioria das questões foram respondidas de forma positiva, como respostas entre bom e regular, e poucos indivíduos optavam por respostas negativas diante as perguntas, porem existe sim alguns pontos a serem destacados, que talvez pudessem agregar ainda mais na melhoria de qualidade de vida e no bem-estar dos beneficiários do programa, como por exemplo o tamanho do imóvel, que foi bastante relatado como um incomodo, já que as residências na maioria das vezes contam com o tamanho entre 40 e 60 metros quadrados.

Uma questão não abordada neste trabalho, que poderá ser analisada em futuras pesquisas, é que se o Estado fosse capaz de liberar mais credito como também subsidiar um valor maior das residências através do PMCMV, as mesmas poderiam então ter um tamanho mais agradável?

Através do presente trabalho também é observado uma possível correlação entre o grau de escolaridade dos beneficiários, a sua faixa de renda, e sua ocupação profissional, como também o tamanho de sua residência. Um intuito que nos leva a crer que quanto maior o nível de escolaridade, melhor sua ocupação profissional como também melhor seu salário, e conseqüentemente maior será sua casa, pois o indivíduo possui maior poder de compra e acesso a uma quantia maior de crédito.

O PMCMV é um programa saudável do governo, que traz resultados imediatos, como controle do déficit habitacional, como também interfere direto na qualidade de vida de seus beneficiários, dando a eles o direito da moradia própria com uma infraestrutura adequada para acolher sua família.

6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.

BRASIL. Lei Nº 4380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4380.htm>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

BRASIL. Lei Nº 11578, de 26 de novembro de 2007. Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11578.htm>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

BRASIL. Lei Nº 11977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

BRASIL. Lei Nº 5107, de 13 de setembro de 1966. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5107.htm>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

BRASIL. Lei Nº 9514, de 20 de novembro de 1997. Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9514.htm>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

D'AMICO, Fabiano. O Programa Minha Casa Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2010 (1º Concurso Nacional de Monografias: a Caixa e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro).

ELOY, Cláudia Magalhães; PAIVA, Henrique Bottura. Tabela Price: A nova relevância de uma antiga polemica. Considerações sobre o anatocismo outras abordagens. Prêmio da Associação Brasileira de Entidades de crédito Imobiliário e Poupança. Brasília, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES JUNIOR, C. A.; DUTRA, R. de L.; LOPES, R. L.; RODRIGUES, R. L. O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira: uma análise de insumo-produto. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 177-189, jan./mar. 2014.

IBGE CIDADES. Disponível em
:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sangao/panorama>> Acesso em: setembro 2019.

MARTINS, Adriano Ribeiro. Programa minha casa, minha vida: uma análise da política habitacional para a população de baixa renda no Brasil. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Unidões Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A Questão Habitacional No Brasil. Revista Mercator, vol.16. Fortaleza, 24 agosto 2017.

PANSIERI, Flávio. Liberdade como desenvolvimento em Amartya Sen. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, 2016, vol. 8, n. 15, Jul.-Dez. p. 453-479.

ROSSBACH, Anacláudia Marinheiro Centeno. Financiamento Habitacional no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SACHS, Céline. São Paulo, políticas públicas e habitação popular. São Paulo: Editora da USP, 1999.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1968. Brasília, 1999.

SCAGLIONE, Luiz Rogério Telles. A Crise do SFH e a Necessidade de Reordenação do Financiamento do Setor Imobiliário. Dissertação (Mestrado em

Economia de Empresas). Escola De Administração De Empresas De São Paulo/Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1993.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

7. APÊNDICE A

Financiou o imóvel através do PMCMV?

- () Sim.
- () Não.

1) Perfil da família.

Qual a renda mensal bruta de sua família:

- () Até 1 salário mínimo.
- () Até 2 salários mínimo.
- () Até 3 salários mínimo.
- () Até 4 salários mínimo.
- () Acima de 4 salários mínimo.

Qual o nível de estudos do proprietário do imóvel:

- () Ensino fundamental incompleto.
- () Ensino fundamental completo.
- () Ensino médio incompleto.
- () Ensino médio completo.
- () Ensino superior incompleto.
- () Ensino superior completo.
- () Curso técnico incompleto.
- () Curso técnico completo.

Qual a ocupação profissional do proprietário do imóvel:

- () Empresário.
- () Empregado do setor industrial.
- () Empregado do setor de serviços.
- () Empregado do setor público.
- () Trabalhador rural.
- () Desempregado.

Qual a composição de sua família:

2) Moradia anterior**De onde você vem:**

- () Sou de Sangão.
() Vim de outro município.

Qual região você morava:

- () Área rural.
() Área urbana.

Sobre sua residência anterior:

- () Morava de aluguel.
() Casa própria.
() Morava com a família (pais/avós/tios)

Sua moradia anterior ficava em área de risco:

- () Não.
() Sim, qual?

3) Percepção atual.**Você acha sua residência um tamanho agradável:**

- () Sim.
() Não.

Qual o tamanho de sua residência:

- () Até 40 M²
() De 40 a 60 M²
() De 60 a 80 M²
() Acima de 80 M²

Dimensões de cada ambiente da casa levando em conta a capacidade de mobiliar:

Cozinha: () Ruim () Regular () Bom

Quartos: () Ruim () Regular () Bom

Sala: () Ruim () Regular () Bom

Banheiro: () Ruim () Regular () Bom

Percepção do ambiente/Condições de conforto:

Temperatura: () Ruim () Regular () Bom

Iluminação natural: () Ruim () Regular () Bom

Ruído: () Ruim () Regular () Bom

Ventilação: () Ruim () Regular () Bom

Percepção da vizinhança:

Criminalidade/Segurança: () Ruim () Regular () Bom

Ruído: () Ruim () Regular () Bom

Movimentação (pessoas/carros): () Ruim () Regular () Bom

Localização/Infraestrutura do loteamento:

Acesso as escolas/postos de saúde: () Ruim () Regular () Bom

Acesso a ruas bem pavimentadas/sinalizadas: () Ruim () Regular () Bom

Distância do centro de comercio: () Ruim () Regular () Bom

Sua residência atual é maior que a anterior:

() Sim.

() Não.

Você prefere sua residência atual ou a anterior:

() Anterior, porque?

() Atual, porque?

Você já fez alguma alteração na residência:

() Não.

() Sim, qual?

Você pretende fazer alguma alteração na residência:

() Não

() Sim, qual?

Você pretende se mudar?

() Não.

() Sim, porque?